

## 2 HISTÓRICO

### 2.1 Introdução

*“... A senhora é de São Paulo? Tem um parque lá que eu queria muito conhecer... o PETAR...”*

Monitor ambiental do Parque Nacional Aparados da Serra, RS, Jan/2009

Manifestações como a deste monitor ambiental gaúcho são freqüentes. O PETAR é um dos parques mais conhecidos e almejados do país.

E não apenas pela beleza de suas matas, de suas montanhas, de suas cavernas, e não apenas pela boa receptividade da sua gente.

É também pelo tempo, cronológico. O PETAR é muito antigo! Tem muita história.

Para a composição deste capítulo foram reunidos materiais e depoimentos. Com base nestes levantamentos foi elaborada uma linha do tempo dividida em três fases – dos primórdios da legislação ambiental brasileira à criação do PETAR; da criação do PETAR à sua implantação; da implantação ao momento atual, de elaboração deste Plano de Manejo.

A intenção é demonstrar a riqueza de eventos ocorridos, relacionados direta ou indiretamente ao PETAR.

Em todos os capítulos deste Plano de Manejo a abordagem histórica está presente, seja para explicar a ocupação humana pretérita e atual, seja para explicar o grande interesse de cientistas e mineradores, seja para explicar a enorme afluência de turistas e estudantes. Mas sempre para explicar, pois o entendimento dos acontecimentos do passado nos permite entender melhor o contexto atual e a construção de um futuro conseqüente.

A história é a chave para o entendimento do paradoxo explícito nas regiões do Alto Paranapanema e do Vale do Ribeira: extrema riqueza ambiental – pela presença dos remanescentes florestais e seus componentes -, altíssima riqueza cultural – pela presença das comunidades tradicionais com seus costumes e suas artes – e, ao mesmo tempo, fortíssima exclusão social – pela constatação dos menores índices de bem-estar social do Estado de São Paulo.

### **2.1.1 Antecedentes Históricos da Legislação Ambiental**

*“A legislação ambiental da Coroa Portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, preocupou-se com a preservação das águas e das florestas. Pouca gente sabe disso. A aplicação das Ordenações Manuelinas foi estendida ao Brasil até 1532, quando ocorreu a divisão do território em capitânicas. Isso demandou a adaptação de vários de seus dispositivos, através das "cartas de doação" e dos "forais". Na realidade, ao aplicar-se ao Brasil as Ordenações Manuelinas, dota-se, desde o início, o Brasil de uma embrionária legislação ambiental. Até a vinda da família real para o Brasil em 1808, essa legislação será progressivamente enriquecida por uma infinidade de regimentos, ordenações, alvarás, decretos, leis e outros instrumentos legais. A dinâmica evolutiva e a capacidade inovadora dessa legislação ambiental foi enorme” (Miranda, 2004).*

Consta que, em 1605, foi expedida pelo Reino de Portugal, mais precisamente em 12/12/1605, a primeira norma protecionista das florestas brasileiras, o chamado “Regimento do Pau-brasil”, que proibia o corte de madeira sem licença real, além de impor sanções à sua exploração. Em 1830, o primeiro Código Criminal do Brasil impunha penas para o corte ilegal de madeira. Já em 1850, por meio da Lei nº 601, de 18/09 do mesmo ano, denominada Lei de Terras, ocorreu substancial proteção legislativa dos recursos naturais brasileiros (Cardoso, 2010).

*“O último carregamento de pau brasil foi exportado em 1875. Sua exploração não cessou devido ao desaparecimento das matas e sim por razões meramente comerciais e de perda de competitividade, com a entrada das anilinas no mercado da tinturaria. Carlos Castro, numa pesquisa circunstanciada sobre a gestão florestal no Brasil, de 1500 a nossos dias, demonstra: o desmatamento da mata atlântica é um fenômeno do século XX. A política florestal da Coroa portuguesa e do Império do Brasil lograram, por diversos, invejáveis e complexos mecanismos, manter a cobertura vegetal dessa região praticamente intacta até final do século XIX, com poucos locais alterados com exceção do vale do Paraíba” (Miranda, 2004).*

No sentido de oferecer ao leitor deste Plano de Manejo a real dimensão histórica que envolve o aparecimento do PETAR no cenário da conservação brasileira, sua importância ao longo do tempo e nos dias atuais, foi desenhada uma linha do tempo onde estão registrados os eventos mais significativos direta e indiretamente relativos ao Parque.

No segundo bloco cronológico, a partir da década de 1960, observa-se o registro de diversos diplomas legais relacionados à conservação ambiental no Brasil. O primeiro Código Florestal foi decretado em 1934 e re-editado em 1965, tornando-se, por muitos anos, o principal instrumento voltado à proteção ambiental. E ainda hoje o é, daí a importância da discussão técnica e política de sua alteração. Os projetos de lei em análise no Congresso e no Senado são: 1876/99, 4524/04, 4395/08, 5020/09, 5226/09 e 5367/09<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Os documentos prevêm flexibilização da legislação ambiental, delegando mais poderes aos estados e dispensando pequenos produtores de manter uma área de reserva legal em suas propriedades.

Devemos destacar que o grande incremento na preocupação com o meio ambiente deu-se na década de 70, especialmente por conta da primeira Conferência da Declaração do Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia em 1972, que se constituiu no ponto de partida para a mudança de paradigmas nas questões ambientais. No Brasil, foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente, através da Lei nº 6.938 de 31/08/1981. A lei é considerada inovadora, pois além de tratar do ambiente de forma integral, assegura as condições de desenvolvimento socioeconômico e o equilíbrio ecológico. Instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Legitimou o Ministério Público Federal e Estadual a propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente. Estabeleceu, também, a necessidade de licença ambiental para empreendimentos potencialmente poluidores e a avaliação do impacto ambiental que devem ser providenciadas antes da implantação de qualquer atividade potencialmente poluidora.

Em 1985, foi promulgada a Lei nº 7.347, que forneceu instrumento essencial para a efetivação da proteção do meio ambiente, qual seja, criou a Ação Civil Pública que é, até hoje, a forma mais eficaz de responsabilização por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e cultural. Contudo, o ápice para a proteção ambiental do Brasil, deu-se com a promulgação da Constituição de 05/10/1988. Esta, diferentemente das anteriores, tem um capítulo específico e bastante amplo dedicado à proteção do meio ambiente (artigo 225).

Em 2000, a Lei Federal nº 9.985 instituiu o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), regulamentando parte do capítulo dedicado ao meio ambiente da Constituição Federal, e instituiu, em seus vários capítulos, regras para a criação e gestão destes espaços territoriais a serem especialmente protegidos, agrupando-os em duas categorias principais: os de Proteção Integral e os de Uso Sustentável (art. 7º). Em 2002, a referida lei foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340.

Com relação às unidades de conservação, no Estado de São Paulo, até o advento da Constituição Estadual, em 1989, o Decreto nº 25.341/1986, que aprovou o Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas, foi um instrumento legal de grande importância na gestão dos Parques Estaduais.

Em 14/06/1937, por meio do decreto-lei nº 1.713 foi criada a primeira unidade de conservação no Brasil: o Parque Nacional de Itatiaia. Os Decretos Federais nº 1.035 e nº 1822, de 10/01/1939, criaram duas unidades de conservação: Parque Estadual do Iguçu e Parque Nacional da Serra dos Órgãos; o Decreto nº 4.439 de 16/07/1939, criou o Serviço Florestal, posteriormente chamado de IBDF, depois IBAMA; (Cardoso, 2010).

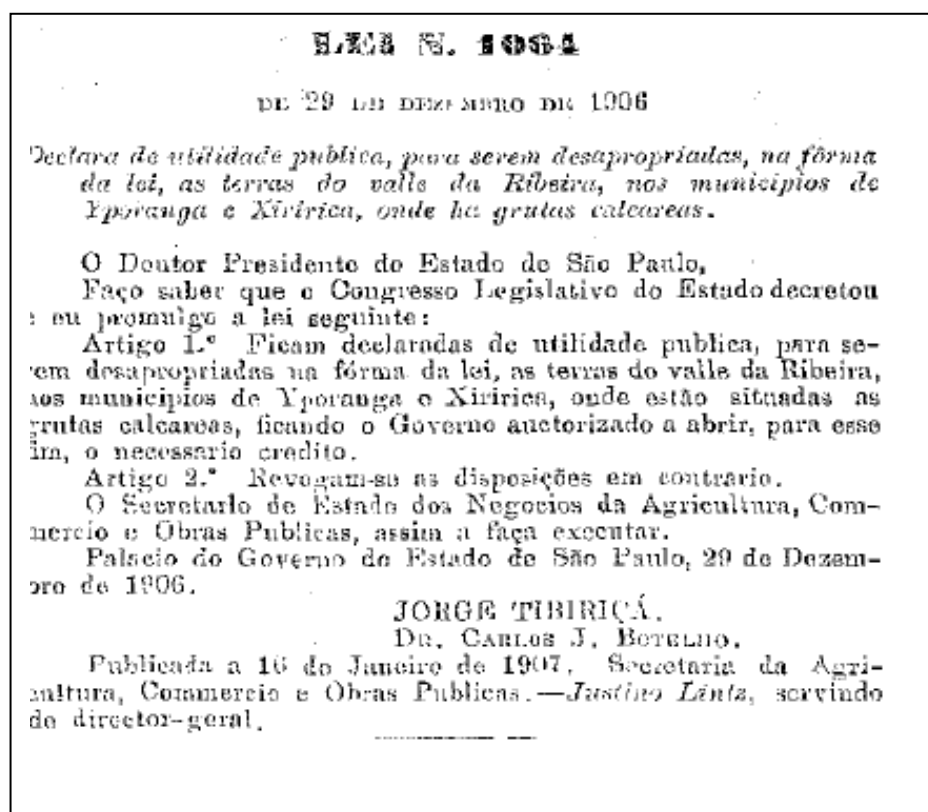
O capítulo Legislação Incidente - Bases Legais para a gestão da unidade faz uma discussão ampla sobre o tema e traz uma listagem completa reunindo os principais instrumentos legais (Leis, Decretos, Resoluções entre outros) norteadores da gestão e proteção dos parques (Anexo 38).

### 2.1.2 Antecedentes Históricos da Criação do PETAR

Os primeiros registros sobre a região advêm de pesquisas e relatos dos naturalistas, revelando a beleza cênica e a importância científica de suas cavernas, movimento que gerou a aquisição das grutas pelo Estado em 1910, a partir da desapropriação declarada em 1906.

A figura abaixo reproduz a publicação em Diário Oficial do ano de 1906. O “Doutor Presidente do Estado de São Paulo”, Jorge Tibiriçá declara de utilidade pública as terras do Vale do Ribeira onde há grutas calcárias.

Figura 1. Reprodução da Lei nº 1064/1906



Em 1910 o Estado adquiriu a Gruta da Tapagem (atual Caverna do Diabo), bem como as grutas do Vale do Monjolinho, visando proteger as cavernas e o interesse turístico da região (Marinho, 2002).

Esta medida efetiva de proteção ao Patrimônio Espeleológico no Brasil configura o primeiro passo em direção à futura criação de um parque, mas somente na década de 1950 renasceu o efetivo interesse em proteger as cavernas e florestas nativas do Alto Ribeira.

A área do Vale do Monjolinho ficou sob a administração da Secretaria da Justiça até fevereiro de 1957, quando foi transferida para o IGG<sup>3</sup>, através do Decreto nº 27.582, de 26/02/57. Em agosto desse mesmo ano, pela Resolução 813 do vice governador do Estado (ver Anexo 1), foi constituída uma comissão para proceder aos estudos de criação do PEAR. Desde então, foi iniciada a implantação do Núcleo Caboclos, com a contratação do primeiro funcionário, o Sr. José Lopes Reis, conhecido como “Zé das Grutas”, que começou a trabalhar com 17 anos em Caboclos, onde permaneceu até sua aposentadoria após 40 anos de trabalho.

O referido Decreto foi elaborado por uma comissão composta por representantes de órgãos da Secretaria da Agricultura da época que tinham como objetivo a implantação técnica e administrativa do Parque. No entanto, essa comissão se dissolveu e não houve resultados significativos.

Pode-se afirmar que a criação do PETAR nasceu do desejo e da obstinação de dois homens: o engenheiro Eptácio Passos Guimarães e o topógrafo Pedro Comério, ambos funcionários do Instituto Geográfico e Geológico (IGG), responsáveis por estudos de prospecção das minas de calcários. Encantados com a beleza da região, propagaram um movimento para que o Estado reconhecesse a importância da área. Como resultado destas iniciativas, em 19 de maio de 1958, o Decreto nº 32.283, do então Governador Jânio Quadros, materializou a criação do Parque Estadual do Alto do Ribeira (PEAR), cujo nome, posteriormente, foi alterado para PETAR, pela Lei nº 5.973 de 23/11/1960 (Ver Anexo 2).

Por ocasião dos estudos para a elaboração deste Plano de Manejo a equipe do Instituto Geológico disponibilizou a equipe dedicada ao levantamento do histórico do Parque o Processo SAA-IGG 17957, de 1956, que trata da criação do PETAR. Trata-se de um documento riquíssimo, repleto de materiais originais, aqui reproduzidos.

A famosa carta do Eng. Eptácio Passos Guimarães, reproduzida na Figura 2, apresenta argumentos decisivos para a criação de “*um Parque Estadual, que englobe esse conjunto natural de tão belos atributos*”.

No mesmo período, configuraram-se como de grande importância para o movimento de criação do então PEAR, a publicação da série de sete reportagens redigidas pelo jornalista Manoel Rodrigues Ferreira, no jornal “A Gazeta”, também reproduzidas a seguir, na Figura 3. Diz ele:

---

<sup>3</sup> Tantos os institutos de pesquisas, quanto a Fundação Florestal tem como embrião a “Comissão Geographica e Geológica da Província de São Paulo”, criada pela lei nº 9 de 27 de março de 1886. (São Paulo, 1996). Apesar de, no decorrer dos anos, a Comissão Geographica e Geologica ter dado origem a diversas instituições, coube ao IG a guarda da documentação produzida ao longo de sua existência, bem como a de várias outras unidades administrativas dela derivadas, entre as quais o Instituto Geológico Geográfico – IGG (<http://www.igeologico.sp.gov.br>),

*“A série de reportagens que vimos fazendo sobre aquelas grutas, tiveram o condão de despertar o interesse do público e das autoridades estaduais, todos comungando com as mesmas idéias dos cientistas brasileiros e estrangeiros, qual seja, a de transformar a região em Parque. Evidentemente, a região deveria constituir um Parque Nacional, pois o interesse não se limita ao âmbito estadual. Mas, bem sabemos as dificuldades do governo federal em tomar a si essa responsabilidade” (Ferreira, 1956 apud Figueiredo, 2000).*

Após a criação do Parque, houve a necessidade de uma nova onda de manifestações dos técnicos da opinião pública para sua implantação, contudo sem sucesso.

O documento reproduzido na Figura 4 ilustra a indignação de quem tanto se esforçou para promover a criação do Parque. Em 1959, novamente uma série de reportagens é publicada, desta vez solicitando a efetivação do Parque. As reportagens constam do Anexo 3 e representam materiais produzidos entre os anos de 1959 e 1960.

Talvez em resposta aos movimentos pelo Parque, em 1960 o PEAR passou a se denominar PETAR e todas as suas terras foram declaradas de conservação perene e inalienáveis, por meio da Lei Estadual nº 5.973, de 28 de novembro (Anexo 2), Não se pode negar que houve grande fortalecimento do Parque, mas havia ainda terras a serem desapropriadas pelo Estado, como há até este momento, sendo que a regularização fundiária representa um dos grandes desafios até a atualidade (ver Capítulo Regularização Fundiária).

O alerta presente no manuscrito de Eptácio Guimarães (Figura 4) – “[...] ao mesmo tempo que se esclareça sobre os danos ocasionados pelo retardamento da concretização do PEAR [...]” – perpetuou-se ao longo de mais de 20 anos, pois a efetiva implantação do PETAR só viria acontecer na década de 1980.

Figura 2. Reprodução da carta original de solicitação de criação do PEAR

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA  
INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO

C.G.G. 17957  
S.A. \_\_\_\_\_

Sr. Diretor

13 6 31  
PROTUCULO  
Processo 17957

Assunto: CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO VALE DO RIBEIRA

Existe no quadrante sudeste do Estado uma  
erra região, dependurada nos espigões da serra de Paranapiacaba, que mais agreste se torna por ter a densa cobertura verde, e as húmidas condições climáticas, das regiões serranas do litoral sul brasileiro. Nos dias ensolarados é muito bela, dificilmente igualada; sua matas virgens combinadas com a aspereza bravia do relevo, onde em cada dobrada novos cenários surgem, a tornam deslumbrante e maravilhosa aos olhos daqueles que apreciam e amam o belo da natureza. Para enfeitá-la ainda mais, como que perolas encastadas no manto verde do seu ondulante corpo rochoso, a sua constituição geológica permitiu a modelação pelos agentes do intemperismo de graciosas cavernas e grutas, obras primas do genio arquitetonico da Natureza. Nada deixou faltar a Natureza para recompensar os seus admiradores que ali aportam, após longa e penosa viagem, em busca de seus encantamentos e de novas feições suas. Da límpida agua que corre nos fundos de seus vales, até as cristas afiladas de suas elevações, tudo é diferente e silvestre. Aguas cristalinas serpenteiam no seio da mata luxuriante, constituida por canelas, cedros, figueiras, palmiteiros, etc., e enfeitada pelas quaresmeiras, ipes, samambaias, begonias, parasitas, etc., e que, tambem, abriga fauna de "pelo" e "penna" bastante desenvolvida (onças, jaguatiricas, veados, catetos, macacos, antas, macucos, jacutingas, arapongas, etc....).

Mod. 56-B. 36000/56. 10 X 17

C.G.G. 17.954

S.A. \_\_\_\_\_

Nas áreas de calcários, esses capricho-  
sos cursos d'água, repetidamente e repentinamente, desaparecem  
nos maciços rochosos, onde por ação química e mecânica provoca-  
ram o alargamento das fendas existentes no calcário, constru-  
ndo majestosas grutas, de dimensões gigantescas, decoradas por  
estalagmites e estalactites de feitios e belezas inenarráveis.  
Conhecedores insuspeitos de espeleologia as colocam entre as  
mais belas do mundo .

As condições climáticas (de alta pre-  
cipitação pluviométrica), fisiográficas (de relevo brusco) e  
de acesso (difícil e escasso), não são próprias ao desenvol-  
vimento da agricultura e pastoreio. As áreas cultivadas aí,  
dentro dos processos mais rudimentares de manusear o solo, são  
raras e têm uma péssima rentabilidade por unidade de superfície  
e. Só logra sucesso a cultura do milho destinada à criação de  
suínos. Não se justifica, portanto, as sucessivas derrubadas de  
matas virgens por favor de tão baixos índices de produtividade  
e rentabilidade por hectare cultivado.

Dá a ideia, que apresentamos à V.S.,  
de ha muito propugnada por nós, de criar nessa região um Par-  
que Estadual, que englobe esse conjunto natural de tão belos a-  
tributos. Terá, assim, os paulistas uma região de flora e fau-  
na preservada para as suas villegiaturas turísticas, localizada  
a 300 quilômetros da Capital do Estado, e com acesso por rodo-  
via em fase final de pavimentação asfáltica. E aí sentirá, ao  
lado do prazer do esporte cultural de espeleologia, a delícia  
de sentir o vigor da mata virgem, os canticos de seus passaros,  
e a rudeza da brupticidade de seu relevo. Será, talvez, um dos  
únicos do mundo, com tantos atrativos naturais, e tão bem situ-  
ado com relação aos maiores aglomerados urbanos do país.

Mod. 10-B : 0.000/04 : 0.00g

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA  
INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO

C.G.G. *17.957*  
S.A. ....

São Paulo, Novembro de 1956

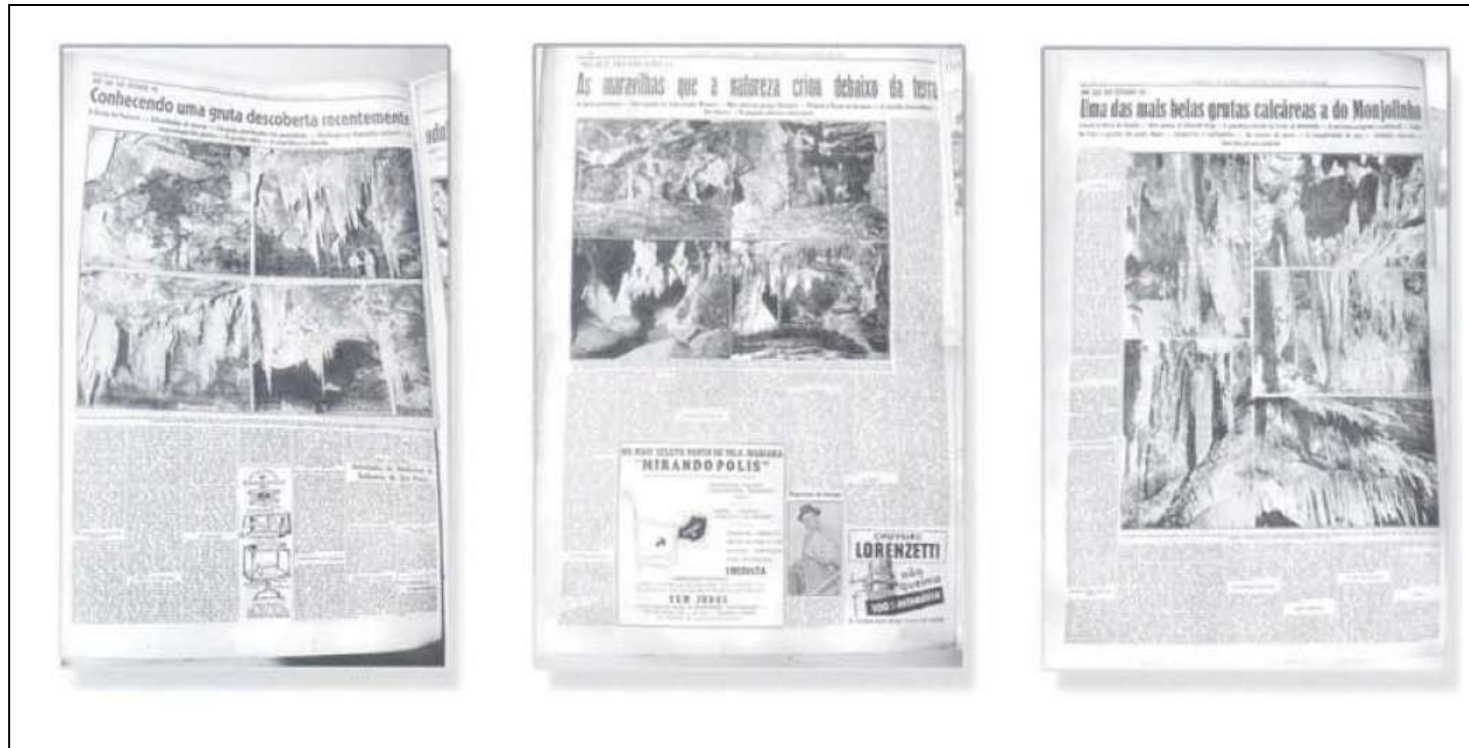
*IGG-13/11/1956*

*José Epitácio Passos Guimarães*  
José Epitácio Passos Guimarães  
Eng. Classe "U"  
S.G.E.

ANEXOS: Um mapa da area a ser destinada ao Parque Estadual.  
Uma coleção (6) de recortes da "A SAZETA"

Fonte: Arquivo do Instituto Geológico - processo SAA-IGG 17957 - 1956

Figura 3a. Ilustração com a série de reportagens sobre as grutas do Vale do Ribeira em “A Gazeta”, de 1956



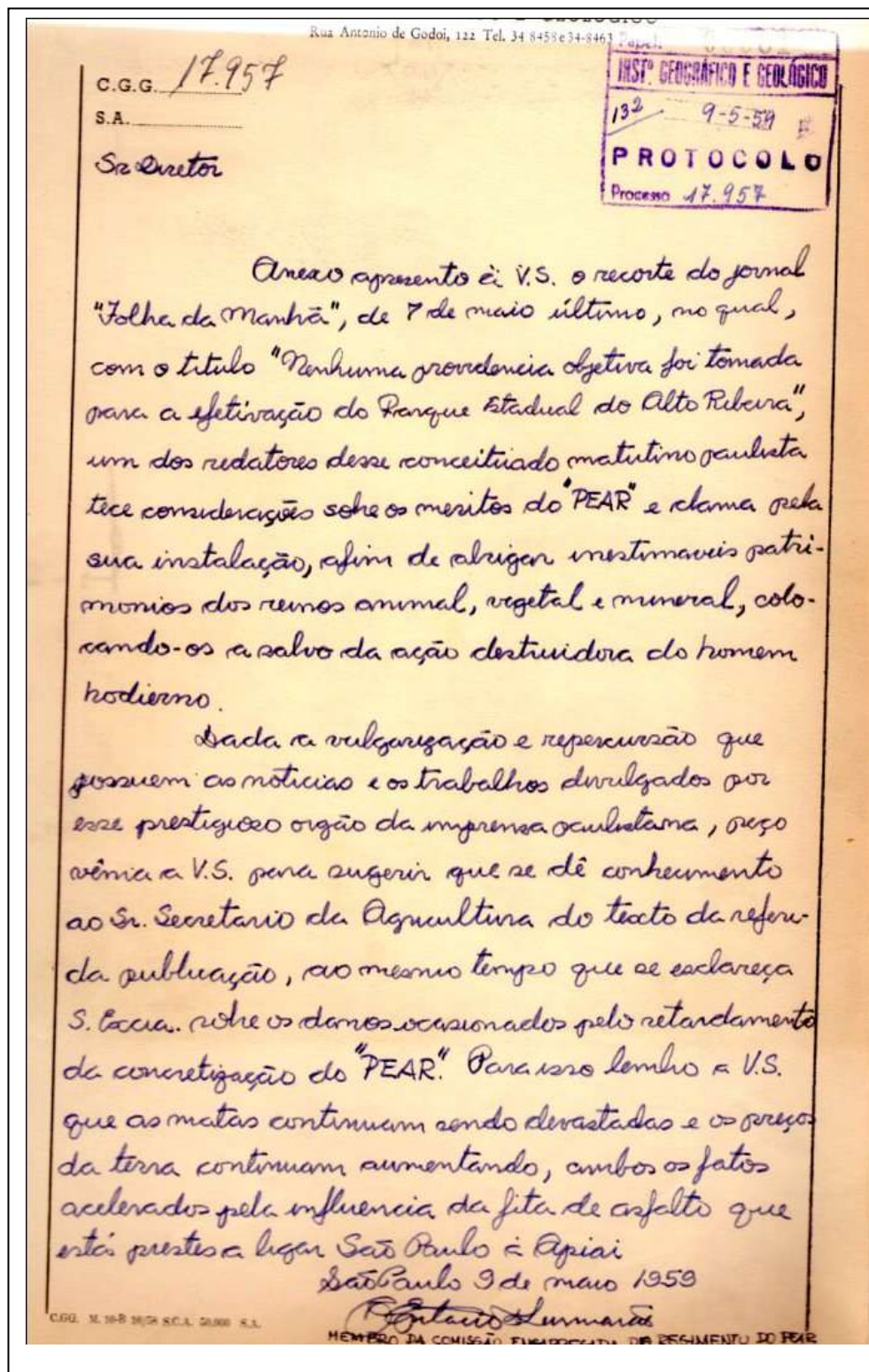
Fonte: Revista o Carste, vol. 18, n 2, abril 2006

Figura 3b. Ilustração com a série de reportagens sobre as grutas do Vale do Ribeira em “A Gazeta”, de 1956



Fonte: Revista o Carste, vol. 18, n 2, abril 2006

Figura 4. Reprodução de manuscrito original com alerta sobre a concretização do PEAR



## **2.2 Deslumbramento e Ciência**

A história do Vale do Ribeira, principalmente na região onde está inserido o PETAR, tem mais de um século de pesquisas espeleológicas, datando seus registros mais antigos de 1805. Uma das primeiras descrições sobre as cavernas paulistas foi feita pelo naturalista Martim Francisco de Ribeira Andrada, com o título “Diário de uma Viagem Mineralógica pela Província de São Paulo” que já mencionava a região de Iporanga (Figueiredo, 2000).

Diversos estudos sobre a Geologia Brasileira também foram realizados pelo geólogo norte-americano John Gasper Branner para a Comissão Geológica do Império, a partir de 1875. Segundo este autor:

*“No sul do Estado de São Paulo existem cavernas notáveis na Bacia do Rio Ribeira de Iguape, especialmente na do Rio Bethary ao norte do rio Iporanga. É uma região montanhosa e muito elevada que faz parte da grande Serra do Mar. As rochas são calcáreas paleozóicas, cristalinhas, dobradas e falhadas. E muitos dos cursos d’água são subterrâneos [...] essas cavernas são quase todas forradas de estalactitos e estalagmitos de uma beleza extraordinária. Talvez não haja no mundo cavernas mais bonitas de que as desta região do Brasil” (Branner, 197<sup>4</sup> apud Figueiredo, 2000).*

Contudo, o espeleólogo que mais se destacou foi o naturalista Sigismund Ernst Richard Krone, por conta dos estudos realizados na região do Vale do Monjolinho (região do atual Núcleo Caboclos). De acordo com informações obtidas nas entrevistas<sup>5</sup>, seu principal objetivo foi a pesquisa paleontológica, baseada nos estudos realizados por Peter W. Lund nas cavernas em Minas Gerais.

Krone, natural da Europa, chegou ao Brasil com 23 anos e se estabeleceu em Iguape, naturalizando-se e alterando seu nome para Ricardo Krone. Em maio de 1896, realizou sua primeira viagem em busca de cavernas (ver capítulo Programa de Pesquisa e Manejo). Abaixo segue um trecho de seu artigo em que descreve a longa trajetória para chegar à região estudada:

*“O caminho até a zona das grutas era longe e custoso. A partir de Iguape até o Vale do Monjolinho era necessário tomar um vapor até a cidade de Xiririxa e de lá embarcar em canoas. Após vários dias de navegação, enfrentando diversas corredeiras e desvios efetivados por terras, vislumbrava-se por fim Iporanga. Em seguida era necessário contratar mulas, comida e homens para ajudar nas pesquisas. Quando, por fim, a tropa estivesse pronta, o trajeto até o Vale do Monjolinho ainda demandaria mais um dia. Totalizando, de Iguape ao Vale do Monjolinho levava-se sete dias” (Krone, 1907<sup>6</sup> apud Brandi, 2007).*

---

<sup>4</sup> Geologia Elementar”, 1906.

<sup>5</sup> Entrevista realizada com o arquiteto e espeleólogo, Clayton Ferreira Lino, atual presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA).



Fonte: Ricardo Krone - Fonte: Revista o Carste, vol. 18, n 2, abril

As principais cavernas exploradas por ele e citadas em suas pesquisas espeleológicas foram a Gruta do Monjolinho, Morro do Chumbo, Alambary e Casa de Pedra.

Seu artigo intitulado “As grutas Calcárias de Iporanga” foi publicado no ano de 1898 na Revista do Museu Paulista, sendo um dos primeiros estudos conhecidos sobre grutas paulistas (Brandi 2007). Suas pesquisas foram tão importantes que motivaram o diretor do Museu Paulista, Sr. Herman Von Lhering, a escrever ao Secretário do Interior sobre a importância da preservação das cavernas.

Após dois anos, este pediu ao Congresso a adoção de providências no sentido de serem reservados ao Estado todos os direitos aos terrenos em que se achavam as grutas calcárias do Vale do Ribeira, no município de Iporanga (Brandi, 2007).

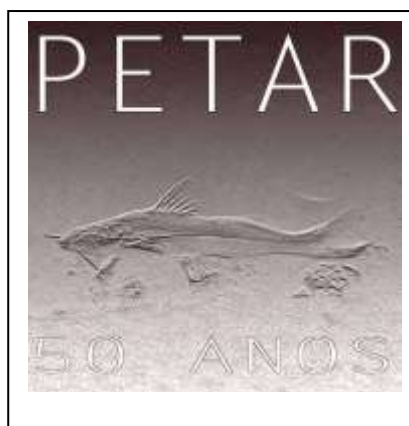
Designado para fazer o levantamento da situação da extensão das terras que incluíam as grutas calcáreas, Sr. Lourenço Granato - inspetor do 6º Distrito Agrícola, tornou-se uma figura importante na região, devido ao registro detalhado elaborado durante sua expedição (Brandi, 2007).

No período de 1896 a 1907, foram realizadas quatro expedições espeleológicas no Vale do Ribeira, tendo sido descobertas 41 cavernas. Em 1914, foi realizada a expedição da Comissão Geográfica Geológica que mapeou o Rio Ribeira de Iguape e diversos afluentes, esta expedição também contou com a presença de Krone (Brandi, 2007).

Os estudos sobre as cavernas e a paisagem cárstica em muito contribuíram para a criação do Parque, mas somente a partir da década de 1970 as pesquisas científicas desenvolveram-se mais intensamente, com as correspondentes publicações. O Capítulo Programa de Pesquisa Científica e Manejo apresenta a avaliação da produção do conhecimento do PETAR, enfatizando a relevância de uma área protegida que conta com estudos publicados desde o século XIX.

Em 1945 foi defendida a primeira tese de doutorado realizada em uma das cavernas da região (Areias) sobre a evolução do bagre-cego cego *Pimelodella kronei*, em, elaborada pelo biólogo Crodowaldo Pavan.

A presença desta espécie troglóbia é de grande relevância, elevando, ainda mais, a importância do PETAR como área de proteção do ambiente cavernícola. O bagre-cego foi eleito o símbolo do PETAR e está



representado no logotipo criado para a comemoração dos 50 anos do Parque.

Já no final da década de 80, a comunidade científica redescobriu a região, elaborando vários estudos, teses de mestrados e doutorados que contribuíram fortemente para a diversificação do conhecimento e, principalmente, para a análise da melhor forma de manejo, com vistas a garantir a conservação e manutenção da biodiversidade. Também foram importantes as pesquisas hidrogeológicas, geomorfológicas, geológicas e climatológicas realizadas pelo Instituto Geológico em integração com pesquisadores da Universidade de São Paulo.

De fundamental importância para o PETAR é a história da espeleologia brasileira. Em 1937, com a criação da Sociedade Excursionista e Espeleológica (SEE), teve início no Brasil um estudo sistemático e organizado das cavernas. Seus trabalhos se iniciaram nas regiões cársticas mais próximas de Ouro Preto: Matozinhos, Lagoa Santa, Cordisburgo e Pedro Leopoldo. O grupo também trabalhou em outras regiões do Brasil, tais como Bahia, Goiás, Ceará, norte de Minas e no Vale do Ribeira.

Dos anos 1960 até a década de 1980, espeleólogos de diversos grupos realizaram uma vasta quantidade de trabalhos técnicos e de documentação do patrimônio espeleológico das regiões do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema. Em 1964, organizam o primeiro Congresso Nacional de Espeleologia na entrada da caverna Casa de Pedra; fundam a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) em 1969, que abraçou o objetivo de organizar as diretrizes da espeleologia nacional, encabeçando um movimento de preservação das cavernas da região e levando à efetiva implantação do PETAR no início dos anos 1980.

O capítulo Avaliação do Meio Físico/Patrimônio Espeleológico traz um breve histórico sobre a pesquisa espeleológica no PETAR e região, com destaque para os grupos espeleológicos. Por ocasião da elaboração deste Plano de Manejo, vários dos grupos participaram das reuniões técnicas e oficinas. No referido capítulo, na Tabela 49, estão listados estes grupos e suas áreas de atuação.

### **Mineração**

Os interesses minerários também fazem parte da história do PETAR. No capítulo Avaliação do Meio Antrópico/Mineração há uma longa descrição sobre o histórico da mineração na região, abordando os vários ciclos minerários: do ouro, do chumbo, da prata e das rochas carbonáticas.

Minas de importância histórica relacionadas ao PETAR são a mina de Furnas, que iniciou sua operação em 1920, sendo intermitentemente por 62 anos, até 1992, produzindo minério de chumbo-zinco, rico em prata. A partir dos anos 30, foram objeto de exploração as minas Braço da Pescaria, Morro do Chumbo, Espírito Santo, Berta do Leão, Santana e Lageado. A mina do Morro do Ouro, em Apiaí, operou do final do século XIX até o início dos anos 40. Nas décadas de 1930 e 1940, metalúrgicas foram construídas nas proximidades da caverna de Espírito Santo, Palmital (Apiaí, SP) e Panelas (Adrianópolis, PR). As duas primeiras operaram por curto período de tempo, já a última funcionou até 1995. Antes mesmo do declínio da mineração de chumbo e prata teve início, nos anos 50, a mineração das rochas

carbonáticas, calcários e dolomitos, para a produção de cal, cimento e corretivo de solo, passando a representar um vetor de pressão preocupante à conservação ambiental.

A região do PETAR e seu entorno contém as mais expressivas reservas de rochas carbonáticas do Estado de São Paulo, principalmente metacalcários e metadolomitos. (Shimada, 2010).

De uma forma geral, as mineradoras que se instalaram na área do Parque para pesquisar minério antes de sua criação só vieram a obter a concessão da lavra após 1958, quando então, não poderiam mais realizar a mineração, pois é incompatível com os objetivos que justificaram a transformação da área em Parque. Como se sabe, de acordo com o Decreto n° 5.973, de 1960, as terras abrangidas pelo Parque passaram a ser consideradas de “conservação perene e inalienáveis”.

Segundo registros disponíveis, houve três iniciativas de exploração mineral dentro do PETAR, levadas a efeito por Depetris, Pellizari e Albano Molinari. Tais empreendimentos operaram em uma das áreas de maior concentração de cavernas do Parque (Núcleo Espírito Santo).

### **2.3 A Implantação do PETAR**

No início da década de 1960, um grupo de espeleólogos foi de vital importância para os estudos e mapeamento do patrimônio espeleológico na região, sendo que retomou as buscas por novas cavernas, a partir de uma listagem já conhecida pelo naturalista Ricardo Krone. Destaca-se também Michel Le Bret, espeólogo francês que realizou diversas pesquisas da região, fundando as bases da moderna espeleologia. Le Bret também planejou o 1º Congresso Brasileiro de Espeleologia realizado na Caverna Casa de Pedra e fundou a Sociedade Brasileira de Espeleologia que, na década de 1970, contribuiu na luta pela implantação do Parque.

Por força do movimento “Pró PETAR<sup>6</sup>” e a criação do Grupo de Parque e Áreas Naturais, equipe multidisciplinar do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA deu-se início à implantação, do PETAR.

A partir da década de 1990, com o incremento do turismo, o Parque foi transformado na principal rota de ecoturismo do Estado, o que proporcionou a aproximação do Parque com a comunidade local, principalmente por conta da realização de dois cursos de monitores ambientais e da criação de um grupo de voluntários que atuou junto à gestão no ordenamento do turismo, especialmente para minimizar a ocorrência de acidentes no interior das cavernas.

Desde então, muitos foram os esforços da Secretaria do Meio Ambiental, de organizações não governamentais e de diversas outras instituições parceiras com o

---

<sup>6</sup> Movimento da década de 1970 liderado pelos espeleólogos.

objetivo de organizar e implantar ações para minimizar os impactos no meio ambiente, dando fomento ao turismo bem como ao desenvolvimento sustentável.

Em 1982, com o fim do regime militar, a SUDELPA (Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista) passou por uma reformulação, formando novas equipes (Clayton Lino, comunicação pessoal). Nesse período, iniciaram-se as obras de infraestrutura dos núcleos Santana e Ouro Grosso. Na SUDELPA havia uma equipe técnica, composta principalmente por jovens, muito empenhados e engajados, denominada institucionalmente de “Grupo da Terra”, que cadastrou e mapeou as áreas de posse dos moradores do entorno do Parque, afim de que os mesmos pudessem defender seus direitos. Muito destes técnicos permanecem trabalhando em prol das unidades de conservação; vários dos atuais funcionários do PETAR têm sua origem vinculada a este grupo.

*“A SUDELPA acabou tendo uma atuação fundamental quanto à implantação do PETAR, no entanto, essa deveria ser a atribuição do Instituto Florestal, mas o IF afirmava que só assumiria o Parque quando ele estivesse totalmente regularizado” (Figueiredo 2000).*

A imprensa esteve presente, tanto na criação do Parque em 1958, quanto em sua implantação na década de 1980 (Anexo 3). Na época foi realizado o documentário da TV Globo “Sinfonia do Alto Ribeira”, com o músico Hermeto Pascoal e sua banda, que retratou a natureza e a cultura do Alto Ribeira e o processo de implantação do Parque, com forte teor político governamental (Marinho, 2002).

Em 1985, criou-se o Grupo de Parque e Áreas Naturais no âmbito do CONSEMA, órgão ambiental estadual da época, presidido pelo Governador do Estado, e formado uma equipe multidisciplinar que tinha como objetivo iniciar um trabalho sistemático de implantação do PETAR (Clayton Lino, comunicação pessoal).

No mesmo ano, como primeiro passo para a implantação do Parque, foi contratada uma equipe técnica, contendo, no início, 10 funcionários<sup>7</sup> com especialidades diversas. O grupo de técnicos ficava lotado em São Paulo, em uma sala cedida pela Secretaria do Interior ao CONSEMA. Quando estavam em campo, ficavam alojados no Rancho do Vandir, morador local do bairro da Serra, conforme informado pela Dra. Maria Aparecida de Candido Salles Resende, na entrevista realizada.

*“O rancho nas imediações do limite do Parque tinha estruturas bem rústicas, paredes de pau a pique e beliches de tronco. A equipe era bem acolhida e contou com o apoio da comunidade local.”*

Entre os anos de 1986 e 1987, foi iniciada a construção de uma casa para alojar os técnicos, no Núcleo Santana, em área ainda não regularizada pelo Estado. Por conta disso, o proprietário – da área e também da empresa Furnas – “utilizou-se de uma motosserra para destruir as estruturas que já haviam sido construídas e estavam bem

---

<sup>7</sup> Maria Aparecida Resende (advogada), Joaquim de Brito Costa Netto (arquiteto), Lucila Pinsard Vianna (antropóloga), Saulo Zuchello (engenheiro), Maurício Marinho (geógrafo), Ion de Freitas Filho (antropólogo), Darci Lopes (desenhista), Nerea Masini (arquiteta), Arlete Ohata (geógrafa), Genival Sales Souza (agrimensor) e os funcionários que ficavam no Parque (Vandir de Andrade, Joaquim Justino, Moacir Moraes e dois funcionários da Prefeitura que atuavam com guarda-parques), contrato via CEPAM/Prefeito Faria Lima – Secretaria do Interior (Resende, 2010 comunicação pessoal).

adiantadas”. O caso foi noticiado à Delegacia e, após um acordo, foi possível retomar a construção. Em 1988, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) entrou com uma ação de desapropriação direta, momento em que foi liminarmente deferida a imissão na posse da área do Núcleo Santana.

Após a imissão na posse, instalações de apoio à gestão e visitação, como banheiros, camping para visitante, portaria, acessos e uma casa dos técnicos no Núcleo Santana, foram construídas a partir de recursos provenientes do convênio com o Banco Mundial (PNMA/SMA<sup>8</sup> - Mata Atlântica).

Em 1990, a administração do Parque foi transferida para a Sede do Departamento de Águas e Esgotos do Estado (DAEE) – em Apiaí (antigo prédio da SUDELPA). Durante o período de 1990 a 1996, o PETAR utilizou-se de salas e parte das oficinas cedidas pelo DAEE.

Visando a implantação da sede própria, foram realizadas gestões junto à Prefeitura de Apiaí para cessão de área junto à Rodovia SP-250, quando, em 10/10/90, através de Lei Municipal nº 94, houve a desapropriação e, posteriormente, a doação, que se deu em setembro de 1996, através do Decreto nº 41.133 de 02/09/96: a administração do prédio foi transferida da Secretaria de Economia e Planejamento para a Secretaria do Meio Ambiente, tornando-se a atual Sede Administrativa do PETAR.

Em 1988, a equipe técnica elaborou um trabalho denominado “Sistematização de Dados e Atividades em Desenvolvimento”, em que foram descritos minuciosamente todos os programas do Parque, tais como: Programa de Regularização Fundiária e Social, Programa de Regularização Minerária, Programa Fronteiras, Programa de Implantação de Núcleos Prioritários, Programa de Ecoturismo, Trilhas do Betari, Programa de Pesquisa e Plano de fiscalização.

O projeto Fronteiras também foi um marco na história do Parque. Este planejamento possibilitou a demarcação das divisas do Parque.

Em seu depoimento, Clayton Lino destaca: “...*demarcação do Parque... aí pudemos ousar, a demarcação do Parque foi feita em apenas seis dias, uma coisa que demoraria..ao invés de mulas, arrumei dois helicópteros e abrimos as clareiras... 150 kilos de concretos. Marcava o ponto e o helicóptero vinha e soltava e ao fazer isso todo mundo da região via ... ‘ah, foi lá que parou o helicóptero’... então todo mundo ficou sabendo. ...Era um problema porque era tudo mata em volta, aí começou um trabalho com o bairro da Serra, depois teve que mudar o limite e foi outra coisa super importante. Foi a primeira revisão e mudança por lei, incluir outras áreas ...o bairro da Serra era inteiro desmatado por queimada, hoje você chega lá é mata em volta, antes era tudo pelado, aí a mineração poluía o rio Betari com chumbo direto, então tem muitas histórias que vale a pena desse período de implantação do Parque. A década de 1980 foi o período de implantação onde se definiram os eixos, os programas, os trabalhos, o projeto fronteiras. Fizemos um plano de gestão do Parque. ...O pessoal fala ‘não*

---

<sup>8</sup> De 1991 a 1995 O PETAR foi contemplado pelo convênio com o Banco Mundial dentro do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA (Projeto São Paulo, Componente Proteção de Ecossistemas, Subcomponente Floresta Atlântica) através do Empréstimo 3173 BR - BIRD / Rep. Fed. do Brasil e Convênios IBAMA / SMA - 11/90 e MMA/PNMA nº 11/94.

tem plano de manejo?... mas tem o plano de gestão que era muito mais detalhado, com os programas todos.”

Em 1991, foi elaborado o Projeto PETAR<sup>9</sup>, com o objetivo registrar os avanços e as dificuldades dos trabalhos desenvolvidos, bem como as necessidades imediatas de cada programa. Nesse projeto foi possível estabelecer um panorama, principalmente, das questões fundiárias.

Contudo, Vale ressaltar, que a gestão do Parque passou por várias mudanças no que tange à equipe técnica e direção, comprometendo a continuidade de ações, gerando a perda da memória técnica, o que dificultou a implantação do Parque. A tabela a seguir com a lista dos gestores representa descontinuidade da gestão.

**Tabela 1. Lista de gestores de 1984 a 2010**

Ordem	Gestor	Período	Instituição
1°	José Carlos Molina Max	1984 a 1986	IF
2°	José Luis de Carvalho	1986 a 1988	IF
3°	Clayton Ferreira Lino	1988 a 1989	CONSEMA
4°	Cláudio Vinicius Mandolin de Leon	1989 a 1990	IF
5°	Elda Marisa Sallaroli	1990 a 1992	IF
6°	Ricardo D' Ercole	1992 a 1992	IF
7°	Maurício Fernando Allegrini	1992 a 1994	IF/FF
8°	Roberto Burgi	1994 a 1998	IF/FF
9°	Gisela Viana Menezes	1998 a 2001	IF/CETESB
10°	Antonio Modesto Pereira	2001 a 2007	IF/FF
11°	Fábio Leonardo Tomas	2007 até atualidade	FF

A Tabela 2 é uma homenagem aos funcionários que fizeram parte da história do PETAR, hoje não prestam mais serviços para o Parque. A lista completa dos funcionários atuantes encontra-se no capítulo Programa de Gestão Organizacional.

**Tabela 2. Lista de funcionários antigos**

Nome	Instituição	Nome	Instituição
Antonio de Belmiro	IF	Antonio Ferreira	IF
Abílio Ferreira	FF	Acácio José de Oliveira	IF
Alceu de Jesus Franco da Motta		Altimar de Souza	IF
Amadeo Loose	FF	Antonio Rodrigues Mota	FF
Antonio Rodrigues Sarti	IF	Aparecido Bueno de Camargo	IF
Dagoberto Leme	IF	Ezequiel da Silva Monteiro	IF
Izair Mendes	IF	João dos Santos	FF

<sup>9</sup> Projeto PETAR – elaborado em julho de 1991 pela equipe técnica do Parque.

Joel Gomes de Oliveira	IF	Joel de Almeida Catão	IF
João Garcez	IF	José Lopes Reis	IG
José Pedro Roberto Cordeiro		Juarez A. Ramos	IF
Maria José de Camargo Silva	FF	Moacir Moraes	FF
Nelson A. Machado	FF	Osni Azevedo	FF
Oswaldo Messias dos Santos	FF	Vandir de Andrade	FF
Dagoberto Leme	IF	Eunice A. Franco da Mota Ferrenha	FF
Adalberto Rafael do Amaral	IG	Conceição Rodrigues de Lima Camargo	IF
Diomar Amorim de Lima	IF	Dirceu Bueno de Camargo	IF
Edson Luis Sarti	IF	Isaltino Martins de Lima	IF
José Carlos Claro de Oliveira	IF	Milton Rodrigues Lopes	IF
Roberto Francisco dos Santos	IF		

### **2.3.1 Interesse Turístico**

A visitação pública no PETAR teve origem na década de 1950, no Núcleo Caboclos. O interesse recaía estritamente sobre as cavernas.

Depois se seguiu um período de abandono das grutas pelos visitantes, com exceção da Caverna de Santana que, apesar das suas precárias condições, mantinha guias locais para orientá-los. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um grande fluxo de visitantes, porém as condições de recepção e ordenamento do turismo não eram compatíveis.

Entre 1975 e 1976 a SUDELPA, a SEET (Secretaria do Estado de Esportes e Turismo) com apoio de pesquisadores, realizaram proposta de intervenção turística para o Vale do Ribeira, com ênfase na região das cavernas e o turismo de massa (Marinho, 2002).

Em 1978 um trabalho Conjunto da SBE e o Instituto Florestal, propôs o manejo das cavernas e sítios arqueológicos do Parque. Porém, poucas medidas e recomendações foram efetivamente implantadas.

A equipe técnica do PETAR, em 1989, conseguiu implantar o Núcleo Santana, dedicando-se à organização e regularização do fluxo de visitantes. Em 1992, a DRPE/IF (Divisão de Reservas e Parques Estaduais do Instituto Florestal) propôs a implantação de sistema de cobrança de ingressos e serviços, considerado modelo para o Estado, quando os recursos arrecadados foram destinados, pelo menos em parte, para manutenção do próprio Parque.

A Portaria IF - 2 de 19/05/1992 estabeleceu as diretrizes e os valores para cobrança de ingresso e outros serviços no Núcleo Santana, o que se iniciou efetivamente em 18/06/1992. Os valores iniciais foram determinados com base em questionários aplicados junto aos visitantes do Núcleo, nos meses de março e abril de 1992.

Apesar da portaria normativa, 1994 foi marcado como o período de maior descontrole da visitação pública, tendo ocorrido dois acidentes fatais (Marinho, 2002).

Em 1995 foi realizado o primeiro curso de monitor ambiental de Iporanga, com ênfase na geração de trabalho e renda para os moradores locais. Essa fase foi caracterizada pela aproximação do Parque com a comunidade.

No final do ano de 1995, foi criado um grupo de trabalho de visitação pública que, por sua vez, deu início ao programa de voluntariado do PETAR. O objetivo principal - e que foi atingido - era estabelecer um sistema permanente de voluntariado no PETAR, envolvendo os próprios usuários em processos de implantação da Unidade e conservação do patrimônio natural e histórico-cultural.

O depoimento de Maurício Marinho ilustra este momento do Parque: “... eu era coordenador de Uso Público... aí a gente vez um grupo de voluntários, uma coisa bem marcante, todos os feriados a gente fazia alguma coisa com os voluntários ...[...]... os monitores ambientais já começando, foi um momento muito interessante.”

No mesmo período são implantadas as guaritas na Casa de Pedra e Caboclos, com os objetivos de auxiliar a fiscalização e controle turístico nestas áreas do Parque.

Em 1998 é realizado o 2º curso de Monitores Ambientais do PETAR e a comemoração dos 40 anos do Parque, esta fase se caracterizou como um dos mais importantes trabalhos realizados com a comunidade local na gestão de Roberto Burgi<sup>10</sup> (in memoriam) (Marinho, 2010, comunicação pessoal).

A Secretaria do Meio Ambiente lança em 2007, o Projeto de Ecoturismo da Mata Atlântica, uma parceria realizada com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O Projeto tem com objetivo o desenvolvimento do turismo e aprimoração da visitação pública em seis unidades de conservação da Mata Atlântica. No Vale do Ribeira: são os Parques Estaduais, Intervalos, Carlos Botelho, PETAR, Ilha do Cardoso, Jacupiranga; e no Litoral Norte o Parque Estadual Ilha Anchieta.

No PETAR, através do referido projeto, foi construído o centro de visitantes no Núcleo Santana e contratados técnico de Apoio a Visitação e dois monitores ambientais. Além de estudos de trilhas e Cadeia Produtiva do Turismo.

Em 2008 foi lançado pelo mesmo projeto, “Trilhas de São Paulo”, com o objetivo de divulgar as trilhas e os parques do Estado.

No mesmo ano, foram interditadas as cavernas por força de uma decisão do IBAMA que tomou tal atitude em razão de ação civil pública promovida pelo Ministério Público Federal. A reabertura da visitação das grandes partes das cavernas deu-se mediante a formalização de acordo judicial em que a Fundação Florestal obrigou-se a elaborar Plano de Manejo para todas elas. Vale ressaltar que houve grande mobilização da comunidade local. No ano seguinte, iniciou-se a elaboração dos planos de Manejo Espeleológico e do PETAR.

É importante destacar que o PETAR representou e representa uns dos mais importantes roteiros de ecoturismo do Estado.

---

<sup>10</sup> Gestor do Parque que realizou vários trabalhos com a comunidade, principalmente na questão que tange ao desafetamento do bairro da Serra.

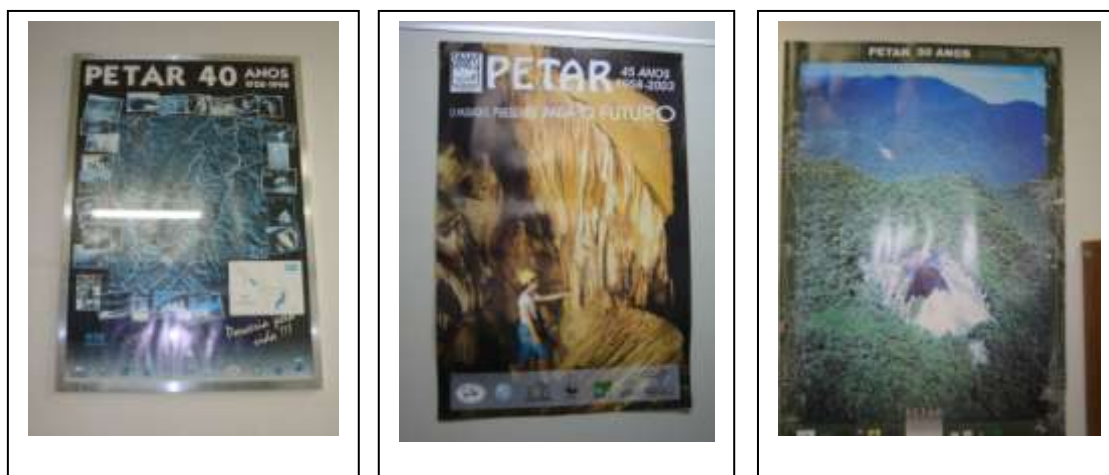
“E aí tem uma coisa assim, o PETAR é um grande parque de diversão, forma certo rito de passagem de adolescente, e o Parque que tem mais visitação de escolas, chega lá, eu vejo aquela meninada, meninos e meninas, cheio de barro, molhado, fazendo descida de bóia, é um revelação para eles...água fria, turma, caverna, isto é um tipo de público que dever ser entendido, o Plano de Manejo do PETAR deve entender e valorizar isso, essa relação e a importância que tem esse Parque na vida de muita gente, não é um passeio simplesmente. Como é que se fez isso, como é que se valoriza isso, esses princípios, por exemplo, a arquitetura do Parque, centro de visitantes, Ouro Grosso, tem uma coisa respeitosa, você não vê, o banheiro está no meio do mato, você sobe uma trilha e está lá, o quiosque está não sei o que, Camping é para você a natureza e não a obra do homem na natureza. Alguns princípios que foram se estabelecendo. A história do Parque é um jeito de fazer turismo, um jeito de se relacionar com o entorno, um jeito de se relacionar com a economia, um jeito de fazer demarcação e regularização fundiária.” (Clayton Ferreira Lino, depoimento dado em entrevista).

### **2.3.2 Datas Jubilosas**

O Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira completou 52 anos em 2010.

Três aniversários foram comemorados com *pompa-e-circunstância*: nos 40 anos, 1998; nos 45 anos, em 2003; e nos 50 anos, em 2008. Nas três ocasiões foram realizadas apresentações musicais na Gruta Morro Preto. Em 2008, após o advento do fechamento e reabertura das cavernas, foi realizado um estudo sobre os efeitos da atividade sobre o ambiente cavernícola, tanto do ponto de vista do impacto da presença dos participantes do evento, quanto aos impactos sonoros decorrentes da execução das peças musicais (foram apenas instrumentos de corda). Tal estudo foi avaliado pelos técnicos do CECAV/ICMBio, com aprovação para a realização do evento.

**Figura 5. Posters comemorativos dos aniversários do PETAR**





## **2.4 Comunidades**

A região onde se encontra o PETAR foi muito povoada, especialmente a partir do chamado ciclo do ouro, no século XVII. Os habitantes da região permaneceram, dedicando-se basicamente à agricultura de subsistência como milho, batata, arroz e mandioca.

Em trabalho de fins da década de 1970, Clayton Ferreira Lino destaca que muitos dos bairros rurais existentes são resultantes de arraiais de mineração dos séculos XVIII e, até mesmo, do século XVII (Lino, 1978).

No capítulo Avaliação do Meio Antrópico/Caracterização do Patrimônio Histórico-Cultural foram desenvolvidos os “Cenários Históricos”, que apresentam um panorama sucinto sobre a ocupação humana da região na qual se insere o PETAR, representada por cinco recortes cronológicos, determinados principalmente pelas atividades produtivas e pelo quadro sócio-político da região.<sup>11</sup>

Acredita-se que vários dos núcleos populacionais que hoje se encontram no interior do PETAR são originários desta ocupação histórica. Por força da legislação, em função das restrições decorrentes da transformação da área em unidade de conservação de proteção integral, atividades de exploração do meio ambiente ficaram totalmente inviabilizadas.

Assim, os atuais ocupantes, mesmo permanecendo nas áreas que ocupavam desde tempos antigos, são instados a não estenderem as áreas exploradas bem como cuidarem para que a preservação do ecossistema seja cada vez mais efetiva.

Dentro dos contextos contemporâneos das discussões sobre tradicionalidade, boa parte dos ocupantes pode ser caracterizada por apresentar “evidências de tradicionalidade”, conforme descrito nos capítulos Avaliação do Meio Antrópico/Ocupação Humana e Socioeconomia e Programa de Regularização Fundiária.

No extremo sul do PETAR, há uma comunidade tradicional remanescente de quilombo, situada em local de difícil acesso denominado Bombas, distante das vias que cortam o Parque. A ocupação data do século XIX sendo que o acesso é feito somente por trilhas.

Em relação a essa comunidade, há processo de reconhecimento como quilombola junto à Fundação ITESP, cabendo ainda à Fundação Florestal posicionar-se em relação ao território reivindicado. Quanto a essa área, bem como à denominada Ribeirão, próxima do Núcleo Casa de Pedra, há pleitos de estudos para recategorização da Unidade pois, enquanto Parque Estadual, a permanência não poderia ser regularizada.

---

<sup>11</sup> Cenário 1 – Ocupação Pré-Colonial Indígena (10.000 AP<sup>11</sup> – 1.700 d.C.); Cenário 2 – O contato entre europeus e indígenas (1500 – 1600); Cenário 3 – O ouro do Ribeira (1600 – 1800); Cenário 4 – O renascimento agrícola: um pouco de café, outro tanto de cana, mas, principalmente, o arroz (1760 – 1920); Cenário 5A – De novo (ou ainda) a mineração (1920 – 2010); Cenário 5B: O Estado e o Vale (1930-2010).

Atualmente, como gestora de significativa porção das unidades de conservação do sistema estadual paulista, a Fundação Florestal tem buscado manter relacionamento próximo com os ocupantes, visando harmonizar sua permanência com os objetivos das Unidades.

### **A Comunidade no Parque**

Historicamente, a relação dos gestores do PETAR com as comunidades do interior do Parque e do seu entorno imediato, é dialética: ora conflitante, ora de parcerias.

Os conflitos ocorrem basicamente quando existe a necessidade de aplicar as normas ambientais, por se tratar de uma unidade de conservação de proteção integral.

Entre as parcerias, poderia ser destacada a celebrada com a comunidade do bairro da Serra onde, desde a sua implantação, há uma estreita colaboração. De fato, já na criação da unidade de conservação, a comunidade local cedia abrigo e ajuda aos primeiros representantes do Estado incumbidos dos levantamentos iniciais.

Em 1979 iniciou-se um movimento para desafetação do bairro da Serra, por meio de uma ação de usucapião em favor de posseiros tradicionais, que acabou sendo acolhida pelo Judiciário em 1983 e resolvida em 2005, através da Lei nº 12.042, de 16/09, transcrita a seguir.

*“Artigo 1º - Fica excluída do perímetro do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, criado pelo Decreto nº 32.283, de 19 de maio de 1958, com glebas incluídas pelos Decretos nºs 26.263, de 20 de novembro de 1986 e 28.412, de 20 de maio de 1988, e constituído em reserva florestal estadual, de conservação perene e inalienável, pela Lei nº 5.973, de 28 de novembro de 1960, área com 111 ha (cento e onze hectares), situada no bairro da Serra, no município de Iporanga, e anexada outra, com 118ha (cento e dezoito hectares), sobre a qual o Estado detém a posse, situada na Região da Boa Vista, no município de Apiaí.*

*Artigo 2º - As áreas a que se refere o artigo 1º, caracterizadas em estudos técnicos elaborados pelo Instituto Florestal, da Secretaria do Meio Ambiente, constantes do Processo nº 41.763/96-SMA.”*

Com o crescimento do turismo, a comunidade do bairro da Serra foi se estruturando para melhor atender os turistas. Assim, foram construídas pousadas, restaurantes, bares, campings e iniciaram-se as visitas monitoradas às cavernas.

A elaboração deste Plano de Manejo contou com intensa participação de integrantes das comunidades; os participantes das oficinas posicionavam-se em relação a todos os assuntos. Neste processo, reivindicaram medidas de melhorias para suas condições de vida. No caso do reconhecimento dos territórios de Bombas e Ribeirão e a conseqüente desafetação do Parque, as comunidades tomaram como posição a ausência nos debates das oficinas, fazendo suas reivindicações na forma de protestos (ver capítulo 9. Áreas Prioritárias de Manejo).

## 2.5. Histórias Finais

Numa história tão longa quando do PETAR, as fontes documentais são numerosas e volumosas. Não houve aqui a pretensão de se esgotar tais fontes. Este é um trabalho a ser complementado.

Para finalizar este capítulo, foram selecionados alguns “causos” contados pelo primeiro funcionário do PETAR, o Sr. José Lopes Reis, o Zé das Grutas.

*“Bom, eu entrei lá em 1958, quando (o Parque) foi criado. O meu avô, ele trabalhava na mina, era encarregado, aí o criador lá do Parque o Epitácio, ele tinha me levado nas cavernas quando eu era criança, aí ele perguntou se eu queria trabalhar lá. Eu quero! eu gostava das cavernas. Quando criou o Parque ele me chamou, eu fui o primeiro funcionário. O Parque foi criado em 19 de maio de 1958 e eu entrei para trabalhar no Parque em 1 de junho de 1958. Eu entrei como serviços gerais, limpar, aí eu fui entrando nas cavernas, descobrindo cavernas. Até que meu avô se aposentou, e saiu e me deixou no lugar.”*

*“Eu sempre morei lá, aos seis anos saí de Caboclos para estudar em Apiaí. Aos 17 anos fui contratado para trabalhar. Epitácio me disse, eu te ensinei ir para as cavernas agora você vai trabalhar. Eu prometi a ele que só iria sair quando eu me aposentasse. Um turista foi visitar o Epitácio, antes de ele morrer e disse, eu tive lá nas cavernas. Ele perguntou você conheceu o Zezinho? Ele está lá, ele se aposentou. Então ele responde: ele cumpriu o que me prometeu. Fiquei 40 anos, só trabalhei com as cavernas, que é bom é! Você entrar pela primeira vez numa caverna é a melhor coisa que existe”!*

*“Depois veio um francês para cá. Quem era o francês? Michel Le Bret, ele veio por causa dos livros de história do IG. Chegou lá no Caboclos e perguntou para o meu avô, onde fica a casa de Pedra? Ele pegou uma foto aérea que parecia o paredão e perguntou. Você topa ir? Topo! Ele tava me contando que o Krone que descobriu, mas ele não entrou. Nós fomos os primeiros a fazer a travessia, eu, o francês e o amigo dele. Como nós abrimos trilhas, os caboclos começaram a derrubar para fazer roça, a polícia embargou. Em 1961, primeira exploração da casa de Pedra. Inclusive ele fez um livro. Em 61 ele veio e era recém casado. Eu tinha 18 anos. Veio a senhora dele e tudo, e ela era moçinha. ...Agora (!! ) teve um Congresso em Monte Sião, em Minas Gerais, no lançamento do livro dele, e ele mandou me convidar e eu fui ... chegando lá, vi uma velhinha vindo, o Vandinho falou: Zé, você conhece aquela ali? Eu disse, não. É a senhora do Le Bret. E eu disse: não é! ela é tão mocinha!!! Vê quantos anos já se passaram, mais de trinta! Aí ele falou, vamos ver se ela te reconhece. Vandinho perguntou: você lembra-se dele? Eu falei: eu lembro de você! Ela disse: quem é você, hein?? Eu disse: lembra-se do formigueiro que caiu na sua cabeça? Ela disse: meu Deus! é o Zé! Toque! ... e não largou mais, ficou no meu pé o dia inteiro.”*

Outro “causo”:

“... Inclusive eu descobri uma gruta azul lá, e o cara ficou com medo, agora vai começar vir turista, e era na pedreira dele, então ele meteu uma dinamite lá e destruiu a caverna. ... Foi o Depetris, lá no Espírito Santo, encostado no Caboclos. Não lembro quando foi... Até o secretário da época veio visitar a caverna, quando ele chegou lá, eu disse ‘destruíram’. ... Eu tenho um pedaço de uma pedra de lá, está na casa da minha filha. Eles destruíram, o caminhão começou a puxar a pedra e era uma pedreira. Então eu peguei a estalactite azul. ... mas tinha outra pedra, na entrada da caverna tinha um estalagmite assim, dessa altura e azul, azul. Eles pegaram lá e puseram na área da casa deles. ... Um dia eu falei com esse amigo meu, escuta vamos roubar aquela pedra!! Vamos sim, para que eles querem isso aí? O que nós fazemos com ela? Vamos levar para o museu. Fomos de madrugada e pegamos a pedra colocamos no porta malas e ele levou para o museu do IG ou CAP.”

E outro:

“Um caboclo me disse, eu descobri uma gruta e está assim de diamante, é lá no rio da Pescaria. Tem muito, dá para encher caminhão. Se quer ir lá ver, pra você eu conto onde que é. Nossa! cadê os diamantes? O que o senhor vai fazer com essa que o senhor pegou? Vou vender. Quer um conselho, nem tente pegar para vender porque isso é calcário. Não, me falaram que é diamante! Ai, depois disso, ele vendeu a caverna na Pescaria, e me avisou, eu vendi a caverna da Pescaria e vou cair fora. Você recebeu? Recebi cem mil, mas vendi por duzentos mil. O homem vai vir na quarta feira para tomar posse e trazer mais cem mil. Eu vou embora, não vou esperar. ...Então eu avisei o Cabo Chico. Na quarta feira o Chico foi lá e ficamos esperando. Antes, então, eu pedi a escritura da caverna para o IG, e eles mandaram. De ali a pouco chegou os caras. Ué, polícia aqui?! O senhor comprou essa caverna? Então, eu comprei a posse em volta da caverna. Então explicamos para ele que a posse era do governo. Então eu disse a ele, se você quiser comprar a praça de Apiaí, eu vendo. Então cabo Chico me mandou eu calar o boca! ...Então ele saiu, o cara foi bravo comigo! ...Passados uns tempos eu descí a pé para lá, descí do ônibus e vi um Opala. Ei, aonde você vai? Vou até na pedreira. A gente vai lá perto, quer uma carona? Quando entrei no carro, o ‘homem’ estava sentado ...a gente comprou uma posse, e quando fomos tomar posse, tinha um tal de Zé das Grutas lá com a polícia, esperando a gente lá. No meio dos quatro, eu disse: a turma fala dele mesmo, dizem que ele está denunciando tudo mesmo!! ... Quando chegou lá no Dito (Dito caboclo que mora na entrada da trilha), eu descí, agradeci. Quando descí, o Dito, de lá, foi falando com a mulher: o Zé das Grutas! veio com o Indalécio! pegou uma carona! ...E eu disse: desgraçado, cale a boca! Mas ele não chegou a me reconhecer..”